

# PARTICIPAÇÃO ELETRÔNICA: INFORMAÇÃO CIDADÃ NOS MUNICÍPIOS EUROPEUS E SUL-AMERICANOS

Carlos Marcos Batista<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo trata das possibilidades de interação cidadã por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Seu principal objetivo é medir a oferta de informações nos portais de governos municipais europeus e sul-americanos. O modelo adotado na pesquisa inclui as seguintes variáveis que medem a oferta de informação nos *sites* e são indicativas de participação cidadã: informação institucional; informação processual; informação interativa; prestação de contas ou *accountability*. Foram visitados 2.083 *sites* de legislativos e executivos locais, e os resultados do tratamento estatístico das informações obtidas apontam para uma melhoria da interação cidadã, medida pela relevante dimensão da oferta de informações para a atividade política.

**Palavras-chave:** Política virtual. Informação interativa. Cidadania. Democracia digital.

## Abstract

This article deals with the possibilities of citizen interaction by means of information and communication technologies (ICT). Its main purpose is to measure the supply of information in the websites of municipal governments in Europe and South America. The model adopted in the study includes the following variables, used as proxies of the supply of information on the websites, and are indicative of citizen participation: institutional information; process and legal information; interactive information and accountability information. 2.083 local legislative sites and executive sites were visited and the results of the statistical data analysis show to an important improvement in citizen interaction. The results obtained indicate sufficient information necessary to political activity, in different countries.

**Keywords:** Virtual politics. Interactive information. Citizenship. Digital democracy.

---

1 Professor Doutor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e coordenador do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas (NP3) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam) da UnB. carlosmbatista@yahoo.com.

## Introdução

O objetivo principal deste estudo é medir a oferta de informação nos *sites* de legislativos e executivos de alguns países da América Latina e da Europa e assim verificar como a participação política pode modificar-se com a presença de mais informação de caráter político, possibilitada pela introdução das novas tecnologias de informação e comunicação conhecidas como TIC. Parte-se do pressuposto de que sistemas políticos democráticos permitem a interação entre cidadãos e representantes. A forma tradicional do exercício político numa sociedade democrática faz-se por meio do contato direto entre os cidadãos. Os participantes do debate democrático encontram-se, discutem, pleiteiam, apresentam suas demandas, agem e exercem pressão sobre seus representantes. O contato entre representantes e representados, em geral, ocorre em áreas públicas, no espaço físico das assembleias, nas reuniões de representação, nos comícios, nos comitês de bairros, entre outros. O exercício da atividade política realiza-se com a interação entre os indivíduos que participam das atividades da comunidade. O exercício político é público, está no contexto público. A introdução das TIC pode mudar essa interação física e modificar o processo político ao trazer novas modalidades de contato entre os cidadãos e seus representantes.

Uma pergunta importante da ciência política é por que os indivíduos se mobilizam ou por que os indivíduos participam da atividade política. Saber em quais custos os indivíduos incorrem para a participação e quais recompensas eles teriam na participação pode levar a algumas respostas interessantes para essa pergunta. Por exemplo, se a satisfação de votar em um candidato preferido ou representante de uma causa com a qual o eleitor se identifique, ou mesmo a possibilidade de ver seu candidato eleito em um processo eleitoral, for maior que os custos de deslocamento ou maior que o tempo gasto para votar, um eleitor deverá ir votar.

Os custos da participação não são apenas visíveis no processo eleitoral. Em várias ocasiões, participar de atividades na comunidade significa abrir mão de tempo e energia dedicados a atividades privadas, inclusive aquelas dedicadas ao lazer. Mais ainda, a participação envolve todos os riscos da interação política ou da exposição em público: as ideias de um participante podem não ser ouvidas em uma assembleia, seu pleito pode não ser incluído na pauta, suas opiniões podem ser menosprezadas, seu voto pode ser impugnado por regras desconhecidas, suas opiniões podem ser taxadas de ilegais, entre outros malabarismos de direção ou manipulação de reuniões, assembleias ou encontros coletivos. Todos os fatores citados fazem então com que os membros de uma comunidade se afastem da atividade política, tanto no nível local quanto, mais ainda, no nível regional ou nacional.

A expansão do uso das TIC poderá, portanto, significar uma mudança no espaço político de participação e nas práticas de participação na medida em que reduz ou mesmo elimina a necessidade da interação pessoal e leva o debate e o embate para o campo virtual. No terreno virtual, as relações diretas são atenuadas pela distância, pelo anonimato, pelo informalismo, pela impessoalidade e pela segurança na emissão de opiniões que podem ser pensadas e amadurecidas antes de serem emitidas. Além disso, o conforto trazido pelo não deslocamento e a realização da manifestação política *on-line* diminui os custos envolvidos na participação e aumentam o nível de informação requerido para qualquer manifestação. Portanto, há uma possível mudança no comportamento político, trazendo o embate democrático do espaço físico para o espaço virtual.

## Literatura

A literatura apresenta distintas visões sobre participação e TIC. Os estudos sobre participação (CORTINA, 1999; BOBBIO et al., 2000) discorrem sobre as várias formas de atividade política e como elas se dão. Outros autores (PATEMAN, 1970) discutem a democracia participativa e suas manifestações. Em um trabalho pioneiro, *Democracia e participação* (LUCAS, 1975), encontramos um debate sagaz sobre a participação na América e na Europa. A obra *Teledemocracy: – cantechnology protect democracy?* (ARTERTON, 1987) trata do aperfeiçoamento da democracia por meio do uso político das tecnologias.

Vários aspectos da participação política individual e da mobilização estão tratados na literatura, inclusive diferenciando a participação eleitoral, a participação nos governos, a participação em partidos políticos, a participação na sociedade civil e a participação na rede (ROSENSTONE; HANSEN, 1996). O debate oscila entre aqueles que admitem que um dia as novas tecnologias permitirão a todos os cidadãos se envolverem diretamente no processo político de tomada de decisão e aumentarão sua participação política a partir de suas casas ou local de trabalho, criando uma nova estrutura, um “não espaço político” ou um espaço inteiramente virtual, e aqueles que duvidam ou rejeitam totalmente essa hipótese, considerada fantasiosa.

Nos estudos de Pippa Norris (2001) podemos observar a visão equilibrada da autora acerca das implicações dessa relação entre a rede digital e a política. A autora refuta tanto a ideia daqueles que afirmam que a internet pouco afeta a democracia, quanto a ideia daqueles que acreditam que essa relação propiciará a instauração de uma autêntica democracia deliberativa ou até mesmo de uma democracia direta por meio do novo espaço público.

A relação entre democracia e tecnologia é um assunto bastante relevante e de interesse genuíno para todos. A tecnologia irá alimentar ou minar as

instituições democráticas? O desenvolvimento tecnológico irá propiciar ou reduzir a liberdade? A pergunta constante é se seremos capazes de dominar as tecnologias com as quais pretendemos melhorar o mundo ou seremos dominados por elas. Pode-se afirmar que a ciência e a tecnologia, ao melhorarem certos aspectos sociais e promoverem um mercado de ideias, promovem também uma abertura do espaço político, da liberdade e da atividade política. No entanto, experiências de uso da ciência e da tecnologia em países nazistas ou tirânicos poderiam sugerir que sua utilização, ao contrário, está a favor ou propicia regimes ditatoriais. Em *A passion for democracy: American essays*, Barber (1998) esboça comentários não muito alentadores sobre o futuro das TIC e sua vinculação com a política, trazendo à tona um dos principais problemas das políticas públicas, ou seja, a opção entre governo e mercado, transplantando a pergunta para: “A tecnologia: espelho da democracia ou espelho do mercado?”

As reflexões sobre a interação no espaço virtual e a formação de redes, inclusive para a participação política, estão presentes em diversos estudos de Castells, como *A sociedade em rede* (1999), *The internet galaxy: reflections on the internet, business and society* (2001) e *Communication power* (2009). Sobre as novidades na política e de como a teia atingiu o mundo cívico, a obra de Anderson e Cornfield (2003), *The civic web*, é uma excelente referência, assim como Wilhelm (2000) em *Democracy in the digital age*, Saco (2002) em *Cybering democracy*, Norris (2001; 2011) em *Digital divide* e *Democratic deficit*, e Browning (2002) em *Electronic democracy*.

## Metodologia

Este estudo pretende medir a interação entre cidadãos e seus governos locais, particularmente a interação dos cidadãos com seu Legislativo, pela mensuração da oferta de informações nos *sites*. A busca preferencial nos *sites* do Legislativo deve-se ao fato de seus membros serem os representantes mais próximos da população, pelo menos no nível local. A hipótese subjacente é que a população dos municípios, tendo mais acesso aos representantes locais, possa ter com eles uma interação mais elevada. Isso significa, em tese, maior possibilidade de participação política.

Os países tratados neste estudo estão listados na Tabela 1. Foram utilizados 2.083 *sites* para a pesquisa. A tabela contém o número de *sites* (unidades de observação) visitados por país.

**Tabela 1. Número de *sites* visitados por país**

	Países	<i>Sites</i> observados	Data da coleta
1	Portugal	276	2013
2	França	327	2013
3	Espanha	393	2013
4	Brasil	528	2012
5	Argentina	108	2011
6	América Latina	451	2011
	Total	2.083	–

Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/Ipol e tratados pelo autor

Tomando-se por base o cadastro dos municípios, obtido nos institutos de estatística dos respectivos países, construiu-se a base de dados utilizada. A partir da lista de municípios, por país, foram extraídos os municípios que seriam pesquisados. Adotou-se como critério para a coleta de dados a amostragem proporcional estratificada. Nos municípios foram usados, preferencialmente, os *sites* dos Legislativos locais e depois os *sites* dos Executivos locais. Para a América Latina, elaborou-se um cadastro dos municípios dos nove países considerados no estudo: Peru, Equador, Venezuela, Colômbia, Chile, Paraguai, Uruguai, Argentina e Bolívia, apelidados indistintamente neste trabalho de “América Latina” ou “América do Sul”. No caso do Brasil, o cadastro foi composto por todos os 5.565 municípios brasileiros, sorteados proporcionalmente ao número de municípios por estado. O mesmo procedimento foi utilizado para todos os outros países da América Latina, ressalvadas suas divisões político-administrativas respectivas.

Para a coleta de dados dos países europeus, França, Portugal e Espanha, foram adotados os seguintes critérios: para o caso francês foi estabelecida uma amostra, baseada nas comunas e nos *arrondissements*, nível da estrutura administrativa que engloba a união de várias comunas. Foram, portanto, coletadas informações em 327 *sites* de comunas que conferem nome a cada *arrondissement*. Quanto a Portugal, foram considerados como unidade de observação todos os municípios ou concelhos portugueses continentais, contabilizados em 278 unidades de observação, que estão distribuídas em 18 distritos. O caso espanhol, por sua vez, teve como unidade de observação a esfera municipal, abrangendo 389 municípios, divididos em 46 províncias. A amostra obtida foi proporcional ao número de municípios existentes em cada província.

O modelo adotado na pesquisa inclui as seguintes variáveis, que medem a oferta de informação nos *sites* e são indicativas de participação cidadã:

- **informação institucional:** regimento interno; lei orgânica; Constituição Federal; estrutura da Casa; estrutura das comissões; composição da Casa; composição das comissões;

- **informação processual:** agenda ou ordem do dia; lista de parlamentares; notícias no *site*;
- **informação interativa:** Fala cidadão; telefone para contato; e-mail para contato; acesso ao partido; acesso aos parlamentares; contato/denúncias; sugestões e críticas; contato com o prefeito via internet; acesso às lideranças; contato com a prefeitura; Fale conosco;
- **Prestação de contas ou *accountability*:** Relatório de gestão fiscal; acesso a licitações e contratos; consulta a proposições; resultados das votações; frequência às reuniões.

Todas as variáveis adotadas para o estudo são qualitativas nominais com apenas duas modalidades: “característica encontrada” ou “característica não encontrada”. A coleta de dados nos *sites* foi realizada de maneira que se detectasse se havia na página web do Legislativo (ou do Executivo) indicações ou *links* que apontavam para a variável pesquisada. Por exemplo, pesquisava-se se havia no *site* a presença da variável “acesso a licitações e contratos” ou alguma indicação ou *link* para essa variável em outros *sites*. Caso houvesse, pelo menos, a indicação da variável no *site*, ela era marcada como “característica encontrada”.

Foram criadas variáveis agrupadas ou “fatores de participação cidadã” com as seguintes categorias ou modalidades:

- não há disponibilidade de informação sobre a variável;
- insuficiente disponibilidade de informação;
- disponibilidade regular de informação;
- elevada disponibilidade de informação;
- total disponibilidade de informação sobre a variável.

### **Análise do comportamento da oferta de informação cidadã nos *sites***

O estudo das bases de dados da América do Sul, do Brasil e da Europa conduz a resultados interessantes. Como partimos de uma suposição otimista, isto é, admitimos uma melhoria da oferta de informação nos *sites* dos municípios visitados, nossa pesquisa foi orientada para a verificação da presença das variáveis consideradas nos *sites* de Legislativos e Executivos locais, e a busca de comparação dos padrões encontrados.

O conjunto das variáveis escolhidas pode ser explicado pela sua conformação teórica. A possibilidade de interação com o poder governante local pode ser medida pela lista de opções de interação, participação e influência ofertada à população. Em outras palavras, trata-se do conjunto de canais de informação, influência e participação aos quais tenha acesso a população. As

variáveis que fazem parte do modelo de análise têm, portanto, por objetivo corresponder a essa preocupação teórica. Entendemos que uma população possa interagir com seu governo à medida que conheça as linhas de conduta e os aspectos formais do seu governo. A lista de variáveis que inclui itens como “regimento interno” do Legislativo e “lei orgânica” do município expressam as características formais ou institucionais do governo local. Essas variáveis permitem aos cidadãos, por exemplo, saber quais são as possibilidades e os limites legais da sua atuação, assim como os aspectos jurídicos e políticos da organização governamental. Dado que toda ação cidadã deve ser pautada pela legalidade, o conhecimento da estrutura e das normas de governo é fundamental para a ação cívica.

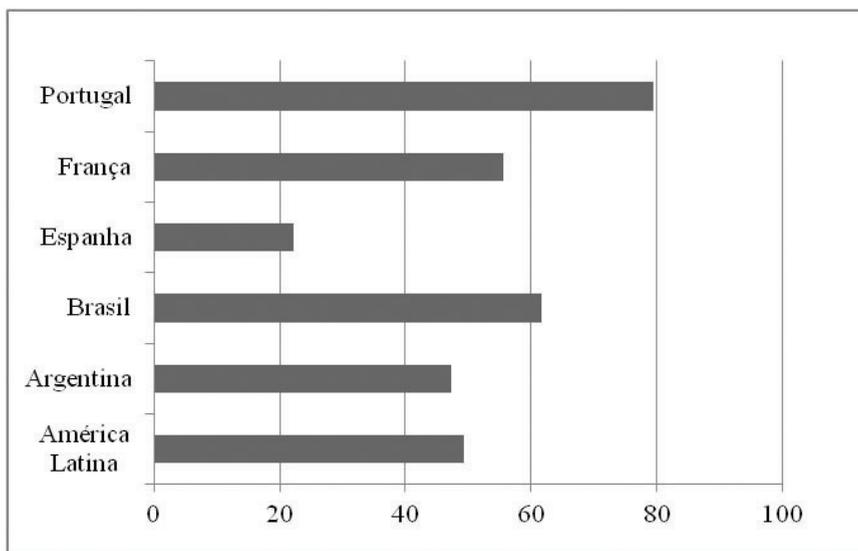
**Tabela 2. Sumário das proporções da ocorrência das variáveis nos sites, por país (em %)**

	Indivíduos	Portugal	Espanha	França	Brasil	Argentina	América Latina
1	Regimento interno	51,1	6,4		53,8	31,4	38,2
2	Lei orgânica		50,9		69,5	51,9	39,0
3	Estrutura da Casa	79,3	24,9	85,0	45,6	97,2	31,7
4	Estrutura das comissões	16,7	16,5	39,8	54,7	93,5	38,5
5	Ordem do dia	10,5	46,5	33,9	40,5	38,9	14,4
6	Lista de parlamentares	96,7	73,8	90,5	69,1	79,6	72,5
7	Fala cidadão	42,4	79,2	52,9	60,4	11,1	26,8
8	Telefone para contato	99,3	83,0	94,8	93,4	100	91,1
9	E-mail para contato	97,5	77,6	58,1	69,1	97,2	72,5
10	Acesso a partidos	2,5	3,3		4,9	5,6	0,2
11	Acesso a parlamentares	36,6	12,1	32,7	48,9	47,2	49,2
12	Contato/denúncias	43,8	86,1	61,5	69,9	75,0	49,0
13	Contato com a prefeitura	96,4	89,7	97,2	82,2	96,3	27,1
14	Notícias	99,3	79,2	96,6	92,8	98,1	85,4
15	Relatório de gestão fiscal	79,0	17,5		60,6	45,4	51,4
16	Licitações e contratos	81,5	40,4	74,0	71	46,3	53,1
17	Contato com o prefeito	49,6	12,6	42,2	31,6	49,1	86,9
18	Despesas correntes	80,4	17,0	50,5	64,6	46,3	49,4
19	Despesas de capital	80,4	17,0	48,9	62,5	46,3	49,4
20	Receitas correntes	80,1	17,0	47,4	64,8	46,3	49,2
21	Receitas de capital	80,1	17,0	46,5	61,2	46,2	49,2
22	Redes sociais	52,2	19,5	59,3	42,8		

Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/Ipol e tratados pelo autor

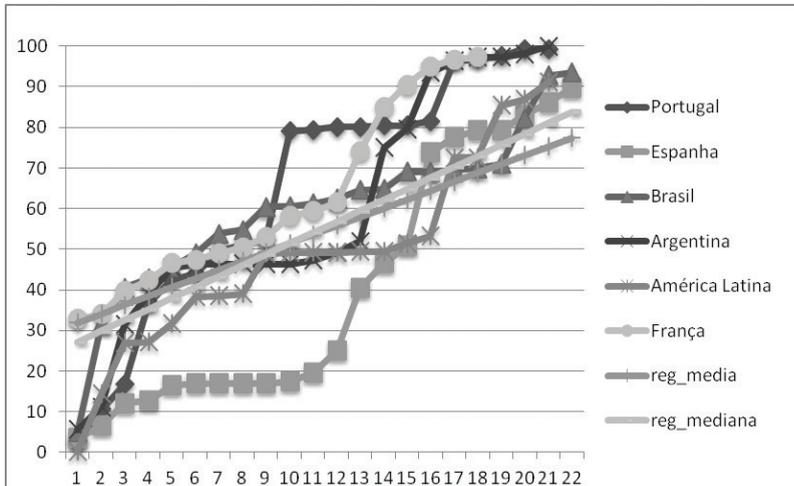
Considerando-se que uma de nossas hipóteses de trabalho é que a interação com o poder governante se dá de maneira mais direta e efetiva no nível local, agregamos ao modelo variáveis que meçam a possibilidade de contato com os representantes locais. Assim, começamos com a “lista de parlamentares”, depois os “telefones para contato”, os “e-mails para contato”, as formas de acesso aos parlamentares, que incluem os endereços dos representantes, e-mail do Executivo ou do Legislativo e contato com o prefeito. A possibilidade de obtenção de informação sobre as funções e as ações do Executivo e do Legislativo locais e, por conseguinte, a criação de alguma possibilidade de influência ou interferência nesses órgãos está exposta nas variáveis “relatórios de gestão fiscal”, nas informações sobre licitações e contratos e nas notícias divulgadas nos *sites*. Como decorrência da oferta de informação, então sempre há a geração da expectativa de alguma ação por parte da população. Espera-se que uma população informada esteja mais propensa à ação cívica. A variável “redes sociais”, coletada em alguns países, mostra se existe no *site* local um *link* para seu acompanhamento em qualquer uma das redes existentes. Considerando-se a atualidade e a rapidez dessa ferramenta, pode-se medir a eficácia e a capacidade de propagação das informações por esse instrumento.

**Gráfico 1. Medianas das ocorrências das informações nos *sites*, por país (em %)**



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/Ipol e tratados pelo autor

**Gráfico 2. Oferta de informação nos sites, por país (em %)**



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/Ipol e tratados pelo autor

Não só os governos estão disponibilizando as informações como também os cidadãos passaram a se organizar e a demandar informações. Embora a variabilidade das questões sociais ou políticas seja muito grande, há uma gama de problemas ou pleitos recorrente. Assim, constata-se que a oferta de informações nos sites segue então um padrão que reflete esse conjunto de questões repetitivas. A partir deste pressuposto da existência de um conjunto de pontos principais que interessa os cidadãos e que se encontra disseminado na prática política habitual, estabelecemos a lista de variáveis usadas no nosso modelo.

Sendo dada aos cidadãos a oportunidade de obter informações relevantes nos portais públicos, sendo dada aos cidadãos a oportunidade de agir em rede e pressionar o poder público pela utilização das TIC, ficaria configurada assim uma nova situação política em que a participação assumiria sua nova característica virtual, ficando modificada a tradicional estrutura da atividade política que se dá no embate “face a face”.

O modelo de interação política que pressupõe a participação é composto por elementos que permitem a interatividade com o poder estabelecido, garantem mecanismos de representação e asseguram alguma capacidade decisória. Para o exercício da participação é necessário cidadania, capacidade de organização, mobilização, mas, acima de tudo, informação. Há pelo menos duas perspectivas para o exame da geração e da disseminação de informações: o lado da demanda – a comunidade organiza-se principalmente em rede e cria fontes autônomas de informação, repassa as informações intra-rede e usa essas informações para sua articulação, “operatividade” e mobilização; e o lado da

oferta – o poder governante atende aos pedidos da comunidade ou entende a necessidade de informação da sociedade e por decorrência fornecemais informações. As variáveis propostas no modelo pretendem, então, explicar como a oferta de informações nos *sites* dos municípios pode melhorar ou pelo menos influir no processo de participação cidadã.

A literatura internacional sobre participação e cidadania (NORRIS, 1999) tem salientado a erosão da confiança nas instituições da democracia representativa. Embora seja difícil mensurar ou avaliar este desgaste na confiança nas instituições (sobretudo nos partidos políticos), parece que essa desconfiança, medida pelo desinteresse pelas eleições e pela redução do ativismo ou do engajamento político, é real. No entanto, admite-se que os canais de participação podem estar mudando ou evoluindo em vez de declinando. Talvez, e isso é o mais provável, as formas de participação tenham tomado outra direção.

As pessoas estão hoje mais engajadas na vida cívica por meio de diferentes atividades: elas atuam em organizações de bairro, na promoção de abrigos, creches, escolas, em organismos hospitalares, em movimentos femininos, em organizações ambientalistas, em empreendimentos de voluntariado, mas, sobretudo naquilo que interessa a este estudo, as pessoas estão, mais e mais, se mobilizando pela internet. Essa nova forma de atuação cívica, além de mudar o espaço político tradicional, permite a circulação de informação em alta velocidade, o que provoca rapidez no processo de mobilização. Assim, essa transição para uma nova forma de participação política apoiada em novos valores e em práticas diferentes das tradicionais (marchas, protestos, manifestações públicas, reuniões sindicais, entre outras) está assentada firmemente na utilização das TIC, portanto depende de um relevante fluxo de informações para sua operacionalização. Apesar dessas considerações, nossa análise é conservadora e leva em conta apenas as variáveis tradicionais do comportamento político.

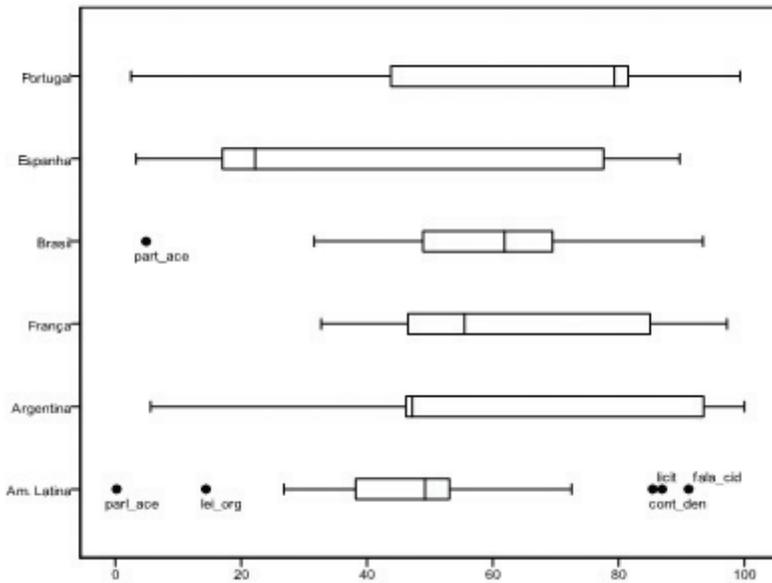
Supondo-se que esses “novos ativistas”, ou esse novo perfil de ativista político, sejam detentores de algumas habilidades fundamentais ou de conhecimentos básicos sobre o uso das TIC, especificamente da internet, não há dúvida de que eles serão usuários dos portais públicos. A crítica mais corrente à utilização da internet como mecanismo de mobilização refere-se ao ainda baixo número de usuários da rede. Porém, algumas considerações são necessárias sobre a fragilidade dessa afirmação. Primeiro, vamos considerar as taxas habituais de participação calculadas sobre o número de filiados a partidos políticos, associados a sindicatos e sobre o número de eleitores em países onde o voto não seja obrigatório. Essas taxas nas democracias consolidadas não ultrapassam a barreira otimista dos 40%. Considerando-se que atualmente o número de usuários de internet nesses mesmos países oscila entre 35% e 60% da população, podemos admitir que todos aqueles que já atuem politicamente também atuem nos processos de interação com o uso das TIC.

Assim, se a proporção de indivíduos com acesso à internet é maior que a proporção de indivíduos engajados politicamente, pode-se admitir que esse *surplus* de usuários possa eventualmente fazer uso das TIC para a mobilização política.

Um ponto, porém, permanece claro. As administrações municipais estão cada vez mais sensíveis aos apelos e às demandas por informação por parte da população. Assim, observa-se um crescente aumento da quantidade e da qualidade dos *sites* públicos. Os portais municipais estão cada vez mais interativos e apresentam certa uniformidade quanto ao tipo e ao formato das informações.

Os resultados obtidos com o levantamento e a análise das bases de dados, sumarizados na Tabela 2, mostram que, embora não haja um padrão claro para a comparação da oferta de informações nos portais municipais da América Latina, da Europa e do Brasil, há oferta suficiente para a realização de interação política virtual, e essa oferta de informações para a cidadania nos *sites* públicos é um forte indicador da mudança de hábitos políticos.

**Gráfico 3. Diagrama de caixa da oferta de informação nos sites**



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/Ipol e tratados pelo autor

O exame das medianas dos países (ou regiões) observadas no Gráfico 3 mostra que cinco deles (PT, FR, BR, AR, AL) possuem aproximadamente acima de 50% de informação nos *sites*. Em outras palavras, metade das variáveis apresenta valor superior a 50% de informação, quantidade elevada quando comparada com a inteira disponibilidade em formato papel até o fim dos anos 1990.

A variabilidade da presença de informações nos países observados deve-se a diversos fatores. Por exemplo, as variáveis “acesso a partidos” e “acesso a parlamentares” são as que apresentam a menor taxa de ocorrência em todas as regiões analisadas, com exceção da França. Na outra ponta, as variáveis “notícias” e “telefone para contato” apresentam as mais altas taxas. Na Argentina, o telefone está presente em 100% dos casos. Essa variação dá o tom da amplitude enorme entre os indicadores usados. A disseminação da telefonia, tecnologia consagrada e relativamente barata, pode ser atestada pela sua alta incidência: 95% na França, 93,4% no Brasil, 99,4% em Portugal e 91% na América Latina. Nesta região, diversos fatores (ausência de infraestrutura, redes de distribuição, eletrificação) ainda tornam cara a utilização da telefonia. Mesmo assim, ela ainda é o meio de comunicação mais utilizado, juntamente com o rádio e a TV. No entanto, vale comparar a utilização do telefone com o uso da internet para contatos com as prefeituras ou com os representantes políticos para denúncias, sugestões ou críticas. 49% dos *sites* permitem o uso de uma caixa de diálogo para contatos, denúncias, sugestões e críticas e 73% dos *sites* trazem um e-mail para contato. Desse modo, “contatos e denúncias” alcança a casa de 86% na Espanha, em contraste com 44% em Portugal.

Não há dúvida de que a internet se tornou uma tecnologia mais barata que o telefone, até porque a rede já incorporou a tecnologia Voip. Conclui-se que a preferência pela internet ao invés do telefone se deve à comodidade e ao anonimato que aquela permite. Na rede, as pessoas podem acessar as prefeituras e seus representantes sem medo de serem coagidas, constrangidas ou ameaçadas. Um país com dimensões continentais como é o caso do Brasil, onde as ligações mesmo locais ainda são caras, apresenta 70% de caixas de diálogo nos *sites* visitados. Some-se a esse fator a existência da oferta de e-mails para contato também da ordem de 70% em todo o território nacional. Uma variável importante para a interação com o setor público é “fala cidadão”, que tanto pode ser uma caixa de diálogo quanto um e-mail especial para que se possa entrar em contato com o Poder Executivo ou o Legislativo local sobre algum tema de interesse da população. Essa variável apresenta elevados índices de ocorrência em quase todos os países analisados (FR, 53%; PT, 42%; ES, 79%; BR, 60%).

O grupo de possibilidades de contato inclui ainda a variável “contato com a prefeitura por internet”. A França lidera a taxa de ocorrências, com 97,2% dos *sites* oferecendo essa opção de interação. Portugal e Argentina ofertam esse serviço em 96,3% dos casos, seguidos pela Espanha (90%) e pelo Brasil (82%), com exceção para a América Latina, com apenas 27%. Assim, verificamos que há uma elevada oferta de meios de comunicação para a cidadania ou para a atividade política.

Vejamos agora as possibilidades de acesso direto aos representantes e a seus partidos. O acesso aos políticos é medido por duas variáveis principais:

“acesso a parlamentares” e “acesso aos partidos políticos dos representantes” (vereadores, prefeitos, governadores e deputados). No Brasil, os *sites* municipais remetem o visitante para as páginas dos partidos políticos ou apresentam um endereço eletrônico do partido em apenas 5% dos casos. Essa variável apresenta baixa ocorrência em todos os países, variando de ausência total na França a 5,6% na Argentina.

A variável “acesso individual a parlamentares” apresenta interessante contraste entre os países da América do Sul e da Europa. Na Espanha, essa variável aparece em 12,1% dos casos, e no Brasil, na Argentina e outros países da América Latina, em média 47%. Isso se deve às diferentes funções que exercem os representantes da comunidade nessas distintas regiões e também ao formato político da interação entre representantes e cidadãos nas diferentes regiões. Pode ser também um reflexo do sistema eleitoral e da cultura política de cada país. Enquanto o Brasil adota a lista aberta, que privilegia o contato do eleitor diretamente com o político, Espanha, Portugal (37%) e França (33%) seguem o parlamentarismo – opções que reforçam a identidade partidária.

Vale notar que a “lista dos parlamentares” está presente na maioria absoluta dos *sites* em todas as regiões estudadas. A disponibilidade dessa informação é de relevância fundamental para o eleitor, pois o acesso ao seu governo depende em primeiro lugar do conhecimento da lista de seus representantes. Há na literatura referência ao fato de o eleitor não se lembrar, nem mesmo, do nome do representante ao qual dedicou seu voto. Por decorrência, não se lembraria (nem se poderia atribuir tal função ao cidadão comum) da lista completa da representação política em seu município. Assim, a primeira atitude isolada de um cidadão seria buscar o nome do seu representante quando tivesse qualquer demanda ou pleito, quando pretendesse tomar qualquer iniciativa de interesse público, quando necessitasse de algum contato oficial ou ainda quando tivesse de fazer consulta sobre algum tema referente à sua comunidade.

A variável “contato com o prefeito”, parte integrante do bloco interativo, aparece com uma incidência que varia de 13% na Espanha a 87% na América Latina. Essa dispersão pode ser explicada pela hipótese corrente de que os dirigentes públicos, por diversas razões, bloqueiam o acesso direto a eles. Compreende-se, por um lado, que seria impossível para um administrador público atender todas as pessoas que o procurassem, mas também se percebe, por outro lado, que ainda há forte resistência ao uso das TIC para o contato com a população. Dirigentes e políticos preferem o contato direto e temem a virtualidade, sobretudo por medo de perderem seu carisma, seu poder de influência e até mesmo seu cargo.

A variável “acesso às licitações e contratos” permite a obtenção de informações sobre as compras do governo, os empreendimentos públicos, a demanda por serviços e a divulgação da modalidade de serviços e aquisições do governo, assim como as regras que o governo estabelece para sua transação.

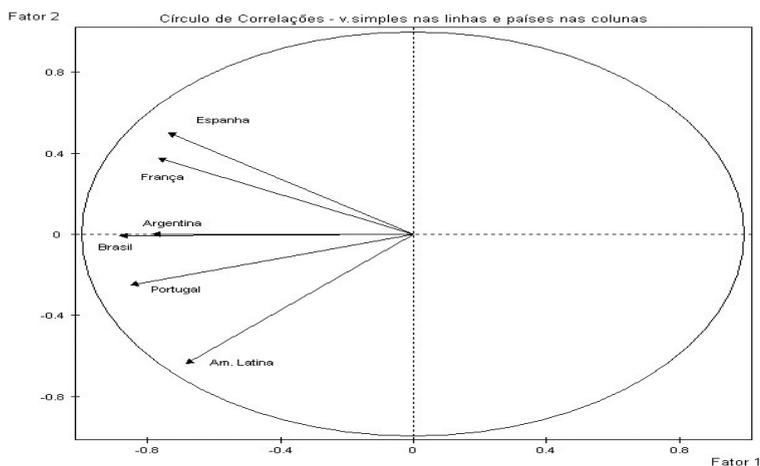
Os contratos de serviços e compras em geral são publicados até por exigência legal. A proporção dessa variável nos *sites* é consideravelmente alta, mínimo de 40% na Espanha e máximo de 74% na França. A legislação brasileira tornou obrigatória a divulgação dessa informação, inclusive como forma complementar ao uso do pregão eletrônico.

As notícias de caráter geral ou corrente tornaram-se obrigatórias em todos os *sites*. Esse formato de noticiário substituiu os jornais locais, as revistas e os boletins impressos devido a seu baixo custo de produção e aparecem em 80% e 100% dos *sites*.

A presença das variáveis que indicam o ordenamento jurídico do Executivo e do Legislativo, tais como “regimento interno” ou “lei orgânica”, depende da própria configuração jurídica de cada país, daí sua variação ou não ocorrência em alguns países. Os comentários sobre o modelo encerram-se com a variável “agenda” ou “ordem do dia”, em que procuramos medir a possibilidade de o cidadão comum se inteirar sobre as atividades de seus legisladores. O conhecimento da pauta das reuniões das assembleias legislativas poderá oferecer algumas indicações sobre a importância ou a prioridade que se dá às demandas populares ou ainda pode ser uma maneira de verificar ou acompanhar a atividade legislativa.

A continuidade do estudo das variáveis simples conduz a um pequeno exercício de Análise em Componentes Principais nos revela (sem seqüência lógica) um círculo de correlações (Gráfico 4), em que aparecem no II quadrante os vetores que representam a Espanha, a França e a Argentina. No III quadrante aparecem o Brasil, Portugal e a América Latina.

**Gráfico 4. Círculo de correlações – variáveis países**

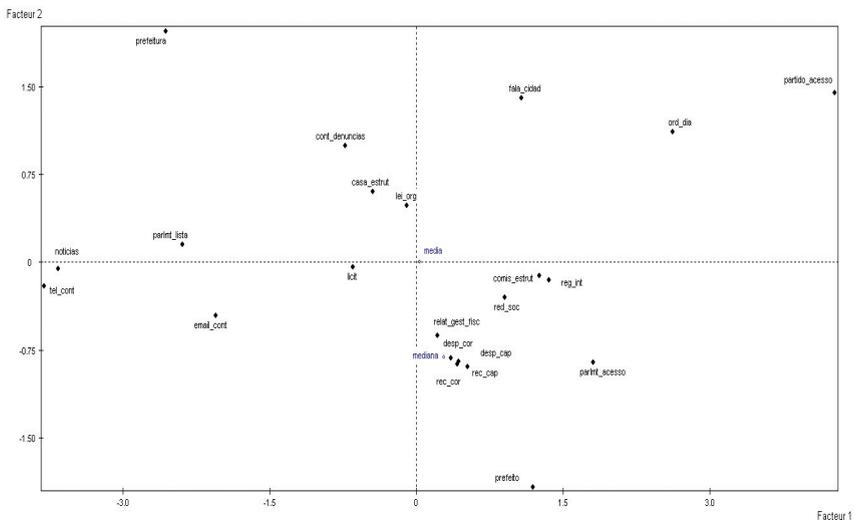


Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/Ipol e tratados pelo autor

Há correlação elevada entre a Espanha e a França indica que o comportamento das variáveis observadas nesses países apresenta padrões semelhantes. Argentina e Brasil estão altamente correlacionados, estando os vetores praticamente na mesma linha, ambos com projeção apenas no eixo um. Há correlação entre Brasil, Argentina e Portugal.

Os eixos fatoriais (Gráfico 5) nos quais estão as variáveis (dispostas aqui como indivíduos) comprovam os resultados discutidos anteriormente. No III quadrante, “notícias” e “telefone” aparecem isolados e distintamente de outras variáveis, conforme vimos, pela sua alta incidência em todos os *sites* pesquisados. Ainda no III quadrante notamos “e-mail para contato” também com alta incidência. No II quadrante vemos “prefeitura” de maneira bem distinta em razão da presença obrigatória dessa informação em todos os *sites*. No primeiro quadrante observamos “acesso a partidos” no lado direito do gráfico. O isolamento desse fator é devido à quase ausência sistemática dessa informação em todos os *sites* de todos os países observados. No quarto quadrante observamos “contato com o prefeito” na parte inferior do gráfico. Essa variável se destaca por causa de sua dispersão em todos os países. Merece atenção a informação sobre “redes sociais”, que aparece quase no centro do gráfico e não se destaca no bloco de variáveis no quarto quadrante. As aproximações e os grupos de “variáveis” podem ser bem visualizados no Diagrama 1.

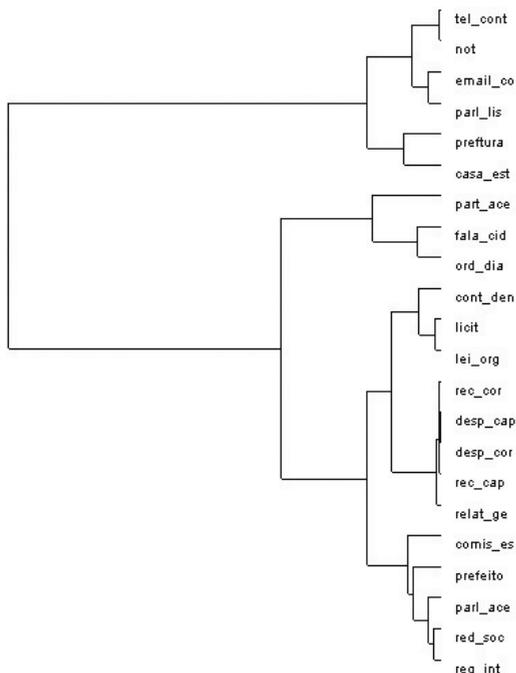
**Gráfico 5. Eixos fatoriais – projeção dos indivíduos**



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/Ipol e tratados pelo autor

**Diagrama 1. Dendrograma–árvore de classificação das variáveis simples**

Classification hierarchique directe



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/Ipól e tratados pelo autor

Para o estudo comparado das variáveis agrupadas (informação sobre prestação de contas ou *accountability*, informação institucional, informação interativa, informação processual), utilizamos um exercício de Análise em Componentes Principais que facilita a visualização dos dados e sua compreensão, com os dados da Tabela 3.

Observamos, inicialmente, que há uma quantidade significativa de informação interativa catalogada como “regular” e “elevada” em todos os países observados. Esse é o bloco mais importante de interesse nesse estudo, pois ele dá uma medida da possibilidade de interação entre cidadãos e seus representantes. Se somamos essas duas quantidades, regular e elevada, notamos que em todas os países temos acima de 83% de informação interativa regular e elevada, exceto na América Latina. Se somamos ainda os três blocos (regular, elevada e total presença de informação), ficamos sempre na casa dos 90% aos 99% de informação interativa, exceto América Latina, que está na casa dos 69%, quantidade também não desprezível. Se utilizamos apenas as categorias “elevada quantidade de informação” e “total quantidade de informação”, verificamos que há bastante informação processual na França e no Brasil (acima

de 70% e até 91%); 100% de informação processual em Portugal; bastante informação processual na Espanha e bastante informação sobre “prestação de contas” em Portugal.

**Tabela 3. Proporção das variáveis agrupadas nos sites, por país**

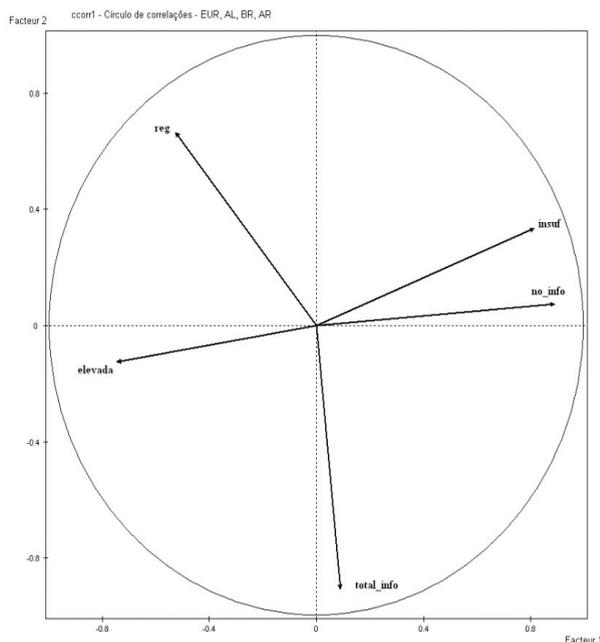
Etiqueta	Indivíduos	Categorias ou modalidades das variáveis ( em %)				
		Não_inf.	Insuficiente	Regular	Elevada	Tot_inf.
ESINST	Espanha – Institucional	43,5	27,5	17,50	10,0	1,5
ESINTER	Espanha – Interativo	7,5	5,10	62,20	21,6	3,6
ESPROC	Espanha – Processual	8,2	0,0	18,3	39,3	34,2
ESPREST	Espanha – Prestação de contas	55,3	27,70	0,3	3,9	12,9
ALINST	Am. Lat. – Institucional	26,5	39,4	17,2	14,0	2,9
ALINTER	Am. Latina – Interativo	2,9	28,3	53,2	15,3	0,3
ALPROC	Am. Lat. – Processual	18,0	0,0	39,4	25,9	16,7
ALPREST	Am. Lat. – Prestação de contas	34,1	39,4	24,6	1,1	0,8
BRINST	Brasil – Institucional	22,7	11,0	14,2	24,8	27,3
BRINTER	Brasil – Interativo	5,5	5,70	44,1	39,0	5,7
BRPROC	Brasil – Processual	5,9	0,0	24,4	32,6	37,1
BRPREST	Brasil – Prestação de Contas	14,4	13,8	9,8	21,4	40,6
FRINST	França – Institucional	15,0	0,0	45,3	0,0	39,8
FRINTER	França – Interativo	2,1	3,4	54,7	33,6	6,1
FRPROC	França – Processual	1,5	0,0	7,7	59,0	31,8
FRPREST	França – Prestação de Contas	16,5	32,1	5,5	7,6	38,2
PTINST	Portugal – Institucional	10,9	0,0	42,4	35,5	11,2
PTINTER	Portugal – Interativo	0,0	0,4	59,1	35,1	5,5
PTPROC	Portugal – Processual	0,0	0,0	3,6	86,3	10,1
PTPREST	Portugal – Prestação de Contas	7,6	12,0	1,4	10,9	68,1
ARINST	Argentina – Institucional	0,9	5,6	41,7	21,2	30,6
ARINTER	Argentina – Interativo	0,0	2,8	33,4	59,2	4,6
ARPROC	Argentina – Processual	18,5	0,0	44,4	0,0	37,0
ARPREST	Argentina – Prestação de Contas	42,6	8,3	2,8	11,1	35,2

Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/Ipol e tratados pelo autor

O “círculo de correlações” (Gráfico 6) mostra uma primeira componente principal bastante correlacionada positivamente com as categorias “insuficiente disponibilidade de informação” e “ausência total de informação” (entendidas aqui como variáveis no modelo). Vemos ainda a projeção da “elevada disponibilidade de informação” no primeiro eixo fatorial. A segunda componente principal (eixo vertical) mostra a projeção da “disponibilidade regular de informação” e “total disponibilidade de informação”.

Há oposição entre a categoria “total disponibilidade de informação” e “disponibilidade regular de informação”. Em outras palavras, onde aparece presença total de informações não aparece quantidade regular de informações. Quantidade “elevada” de informação opõe-se a quantidade insuficiente ou ausência de informação. O primeiro eixo está mais associado positivamente à ausência de informação se opondo à presença elevada de informação. O segundo eixo está mais associado à presença de informação, oposição entre regular e elevada.

### Gráfico 6. Círculo de correlações – informações categorizadas por quantidade



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/Ipol e tratados pelo autor

O Gráfico 7, com a disposição dos indivíduos nos eixos fatoriais, revela-nos uma estrutura interessante sobre o comportamento da oferta de informações nos *sites*.

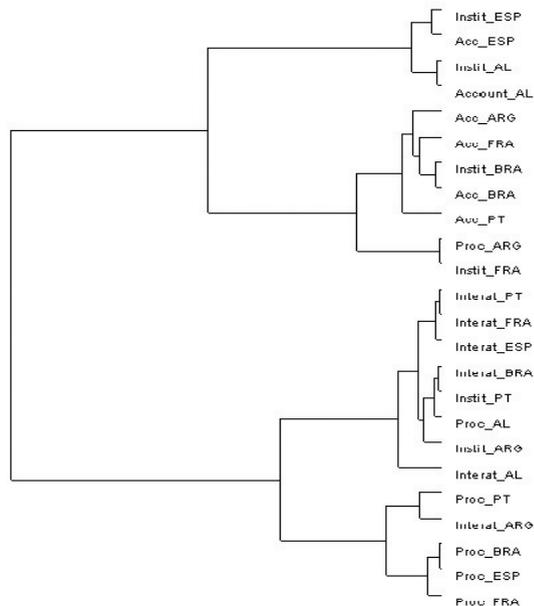


Colocamos na análise, como indivíduos suplementares, a título de comparação, a “média das proporções”, que, como era de esperar, se situou na interseção dos eixos, bem no centro do gráfico. Colocamos também o valor da mediana e o valor de um padrão arbitrado como “exigente” – pad\_comp3 – e outro valor arbitrado como menos exigente – pad\_comp2 – para que pudéssemos visualizar no gráfico a distância dos valores encontrados nos *sites* de um padrão considerado desejável em termos de oferta de informação. No terceiro padrão de comparação, adotamos 80% de disponibilidade de informação total e 10% de disponibilidade de informação elevada nos *sites*, somando 90% de informação disponível como um patamar entendido como adequado.

Verificamos no Gráfico 7 que esse padrão se distancia bastante de toda a oferta de informação nas regiões estudadas. No que se refere à informação sobre prestação de contas, apenas em Portugal se aproxima do padrão exigente, e *accountability*, no caso brasileiro, aproxima-se do padrão 1, menos exigente. Mesmo adotando um padrão pouco exigente, como pad\_comp1, o resultado indica claramente a necessidade de melhoria nos *sites* e a urgente necessidade de aumento de informação nos portais.

## Diagrama 2. Dendrograma – árvore de classificação das variáveis agrupadas por país

Classification hierarchique e directe



Fonte: dados coletados pelo Grupo de Pesquisa TIC/Ipól e tratados pelo autor

## Conclusões

Com base no estudo sobre a disponibilidade de informação cidadã nos *síntes* de 1.305 municípios no Brasil, em nove países da América Latina, em Portugal, na Espanha e na França, concluímos que a possibilidade de interação cidadã política virtual é concreta, embora ainda distante de um padrão ideal.

Os cidadãos participam quando estão no espaço público. O novo espaço público pode ser situado no espaço virtual. No espaço tradicional, o custo da participação é igual ao custo da renúncia à comodidade ou ao lazer. Esse custo também é igual ao custo da insatisfação com o ambiente público.

Em todos os processos de mobilização social, o papel da comunicação é reconhecido como primordial. A mobilização para a exigência de políticas públicas só acontece quando os indivíduos se articulam em defesa do bem comum, mas essa articulação depende dos mecanismos de comunicação. Em tempos de modernidade, as pessoas usam telefones fixos, celulares (com todas as suas subtecnologias associadas) e internet. Muito mais que o rádio ou a TV, grandes responsáveis pela comunicação até os anos 1990, a internet tornou-se o principal meio de comunicação a partir de 2000. A mobilização com a utilização da internet tem vários exemplos marcantes no mundo atual. A informação que circula na rede possui dois aspectos simétricos: a oferta de informações por parte dos indivíduos, organismos privados, não governamentais e governamentais; e a demanda por informação por parte desses mesmos agentes. Há uma circularidade nesse processo, uma vez que esses agentes alimentam o mesmo sistema. Governos fornecem informações que serão usadas pelo setor privado (produtivo ou consumidor); ONGs demandam informações aos governos; cidadãos trazem a público suas demandas individuais e coletivas, e assim por diante. Se a hipótese da circularidade é correta, as duas pontas têm a mesma importância. Então, o lado da oferta de informações é tão importante quanto o lado da demanda. No limite, a oferta de informações *on-line* gera demanda.

Sobre a crítica da desatenção da classe política, podemos afirmar que, se políticos ou dirigentes públicos menosprezam os apelos da população via rede ou se os responsáveis públicos ignoram as demandas da população, também se pode afirmar que políticos e dirigentes podem ignorar as demandas da população em qualquer circunstância e não apenas ignorar os apelos feitos pela internet. Nesse caso, não admitimos uma supremacia dos movimentos reivindicatórios tradicionais sobre os movimentos reivindicatórios na rede.

Os resultados do exame das bases de dados mostram que há uma quantidade significativa de informação interativa catalogada como “regular” e “elevada” em todos os países observados. Esse é o bloco mais importante de interesse nesse estudo, pois representa uma medida da possibilidade de interação entre cidadãos e seus representantes. Há uma variância entre os outros fatores de

informação, mas o estudo das variáveis agrupadas é otimista quanto à presença de material informativo nos *sites*.

A análise em componentes principais corrobora os resultados obtidos e aponta para blocos de informação que indicam um possível padrão de comportamento das variáveis mesmo que a estrutura revelada esteja longe de um padrão ideal. A verificação da disponibilidade de informação nas regiões estudadas mostrou que as proporções obtidas para as variáveis do modelo são próximas. Tal proximidade pode ser explicada por uma preocupação comum com os aspectos formais dos *sites* e com a oferta de mecanismos de interação que permitam aos cidadãos algum tipo de contato virtual com seus governos ou representantes. Os responsáveis públicos pelos portais já admitem a existência de um modelo bastante difundido para a criação dos *sites* públicos que incorpora quase todas as variáveis que incluímos no estudo.

A pesquisa mostra a elevada incidência de informações nos *sites* de governo nas regiões distintas e com características próprias. Embora sejam diferentes, essas regiões apresentam alguma similaridade na oferta de informações, o que pressupõe a existência de algum comportamento comum na preparação dos *sites*.

Os resultados apontam para a necessidade de os governos locais abrirem canais de diálogo com a comunidade local, expandindo as informações detectadas com baixa proporção nos *sites*, e que a internet é o instrumento mais cômodo para isso. É necessário que os dirigentes públicos, os políticos e os líderes aceitem que a “informação pública é pública”. Isso significa tornar transparentes os *sites* de governo e permitir à população o acesso às ações governamentais. Para muitos ainda vale o princípio maquiavélico de que os atos de governo devem transcorrer em segredo. Há a necessidade flagrante de incorporação das variáveis de uso político nos *sites*, além dos itens específicos de governo eletrônico. Há também de se considerar a padronização dos *sites*, mas há de se incorporar ao ambiente dos *sites* uma cultura virtual de participação que obviamente vai muito além de informações sobre as características do Executivo local ou do turismo local.

A abertura dos canais de comunicação com a sociedade com a utilização da internet implica também uma mudança na forma de governar, o que significa aceitar a transparência, a participação do público e uma maior proximidade com os interesses sociais. Mas é óbvio que sem a mobilização da sociedade civil tal mudança nunca ocorrerá. Sem uma grande mobilização para a cidadania, governos insistirão em agir sozinhos. A convergência de interesses é bilateral. À medida que governos se abram para a sociedade e esta se aproxime do governo, estabelecer-se-á um equilíbrio de interesses.

A organização dos indivíduos em redes sociais ou em redes virtuais permite uma nova via de comunicação multidimensional e multidirecional. Embora

os críticos advertam para o fato de que governos e políticos não respondem aos apelos públicos, e, claro, muito menos aqueles realizados pela internet, esse argumento apenas reforça a necessidade da retomada da “consciência” individual e da força do cidadão. A retomada da iniciativa pela internet pode conduzir a uma mudança de padrão no relacionamento com o governo. A organização dos indivíduos em rede pode alterar, sobretudo, a composição das forças no cenário político. Os indivíduos organizados em rede, ou mesmo se expressando de maneira individual na rede, podem reassumir seu papel de “definidores” das diretrizes e das ações desejadas para a sociedade. Com o uso das TIC, esse papel é pelo menos tecnicamente possível, e seria muito difícil de ser pensado sem o avanço das novas tecnologias, cuja capacidade de ubiquação e onipresença é por demais reconhecida.

Governos locais, por meio de seus portais, ao tornarem disponíveis informações sobre sua estrutura, funcionamento, acesso aos parlamentares e ao abrirem canais de comunicação com o público, estão admitindo que o espaço virtual é uma forma nova de interação eficaz e dinâmica. Os cidadãos, ao usarem essa nova forma de relação com seus governantes, passam a adotar mecanismos muito mais cômodos que aqueles requeridos pela interação direta, tradicional, e descobrem que se tornam mais ativos e mais influentes.

As demandas dos cidadãos aos seus governos têm aumentado, pois os novos canais têm permitido maior associação em rede, mais contato com um maior número de pessoas e maior e melhor acesso à informação. A velocidade com que as novas informações podem ser obtidas ou disseminadas se constitui num grande estímulo para que as pessoas proponham novos projetos e discutam situações particulares ou as de sua comunidade. A organização em redes virtuais tem trazido robustez às organizações sociais atuantes.

Os governos, atentos a essas novas manifestações, passaram a atender às inúmeras demandas que lhes são propostas e passaram a ofertar novos serviços ou informações nunca antes cogitados. Pensando do lado da demanda de informações e serviços, verifica-se que os cidadãos estão mais atentos às atividades de seus representantes. Há seguramente um aumento das demandas dos cidadãos em direção a seus governos e representantes e também um aumento de propostas e exigências por parte dos cidadãos, agora mais informados e detentores de uma tecnologia facilitadora de suas ações.

Para o exercício das atividades de participação, é necessário que as pessoas disponham de informações corretas e completas sobre seus representantes e seus legislativos, mas também disponham de acesso a eles e de mecanismos de interação *on-line*. Esses instrumentos têm se tornado disponíveis devido à pressão exercida pelos cidadãos sobre seus governos e também porque as TIC se tornaram populares e mais baratas.

Este trabalho apresenta um conjunto de fatores de participação cidadã medido pela presença de variáveis nos *sites* dos governos locais que permitiam

aos cidadãos obter informações relevantes sobre sua estrutura e funcionamento. As diferentes variáveis analisadas demonstram a importância dos fatores de participação nos *sites*. A grandeza das variáveis indica a irreversibilidade do processo de interação eletrônica e mostra a preocupação oficial em atender à demanda dos cidadãos por informação, interação e participação. Os diversos parâmetros utilizados são uma indicação segura da irreversibilidade do processo virtual e do interesse dos cidadãos pela esfera pública.

Algumas diretrizes podem ser recomendadas para a melhoria dos *sites* encontrados. A primeira delas se refere à necessidade de melhoria da infraestrutura de acesso aos diferentes *sites*. A segunda se refere à melhoria de acesso às variáveis, ou, em outras palavras, à necessidade de incorporação de novos fatores de participação cidadã aos *sites*. A terceira se refere à necessidade de expansão do número de *sites* de legislativos locais, sobretudo nos municípios de países sul-americanos de língua espanhola. Há urgência em se incorporar informações sobre as variáveis cujas proporções encontradas se situaram abaixo da mediana. Outras medidas também podem ser consideradas, como otimizar as informações contidas nos *sites*, bastando para isso incorporar informações aos já existentes; incentivar a padronização de informações a fim de incorporar claramente fatores como transparência, participação cidadã, descentralização e atuação de movimentos sociais de base e permitir a inclusão de elementos de comparabilidade entre os *sites*.

## Referências

ANDERSON, David M.; CORNFIELD, Michael (Ed.). **The civic web**: online politics and democratic values Oxford: Rowman & Littlefield, 2003.

ARTERTON, F. Christopher. **Teledemocracy**: can technology protect democracy?. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1987.

BARBER, Benjamin R. **A passion for democracy: Americans Essays**. Princeton University Press. Princeton, New Jersey, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política** (Vol.2). Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

BROWNING, Graeme. **Electronic democracy**. T. H. Hogan. Medford, New Jersey, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação – economia, sociedade e cultura. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

———. **A galáxia internet:** reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

———. **Communicationpower.** Oxford: Oxford University Press, 2009.

CORTINA, Adela. **Los ciudadanos como protagonistas.** Barcelona: Galaxia Gutenberg, 1999.

LUCAS, Randolph. **Democracia e participação.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1975.

NORRIS, Pippa. **Critical citizens:** global support for democratic government: global support for democratic government. Oxford, UK: Oxford University Press, 1999.

———. **Digital divide:** civic engagement, information poverty, and the internet worldwide. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001.

———. **Democratic deficit.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2011.

PATEMAN, Carole. **Participation and democratic theory.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1970.

ROSENSTONE, Steven J.; HANSEN John M. **Mobilization, participation, and democracy in America.** New York, NY, USA: Pearson Education, 1996.

SACO, Diana. **Cybering democracy:** public space and the Internet. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

WILHELM, Anthony G. **Democracy in the digital age:** challenges to political life in cyberspace. New York: Routledge, 2000.

### **Agradecimentos**

Este trabalho não seria possível sem o apoio inestimável, na coleta e na preparação das bases de dados, de Matheus M. Ferreira, Carolina Alves, Felipe Rodrigues, Max, Guilherme, Wives e de vários estudantes do Ipol. Um muito obrigado especial é devido à Jéssica Dandhara da Mata. Sem ela este artigo não existiria. Foi responsável pela edição, pela correção, pelo tratamento dos dados e pelo acompanhamento de toda a redação.